

CORREIO JURÍDICO

DA
REDAÇÃO

Divulgação/Porto de Santos



Alemoa será focado em cargas de granéis líquidos e sólidos

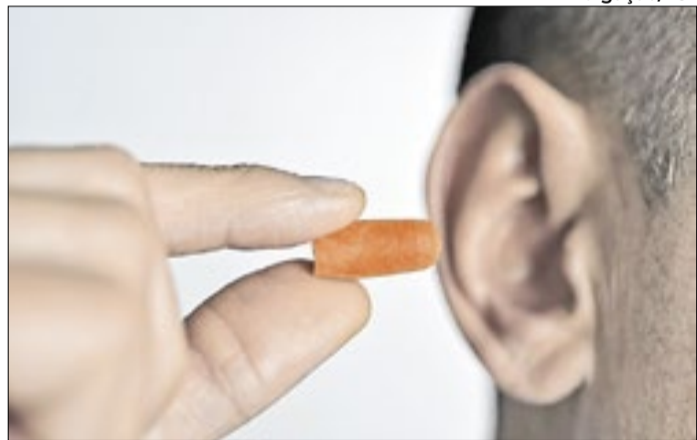
Justiça mantém licença de porto privado em Santos

A Justiça Federal manteve as licenças ambientais concedidas pelo Ibama para a implantação do Terminal de Uso Privado (TUP) Alemoa, no Porto de Santos. A decisão foi proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que rejeitou pedido do Ministério Público de São Paulo para suspender a Licença de Instalação e outros atos relacionados ao empreendimento. Segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), o licenciamento seguiu as exigências legais, com estudos de impacto ambiental, audiência pública e análises técnicas. O tribunal entendeu que a regularidade do processo já havia sido reconhecida em decisão anterior, reforçando a validade das autorizações emitidas pelo Ibama.

R\$ 618 milhões em multas ambientais

A AGU ajuizou 26 ações civis públicas para cobrar mais de R\$ 618 milhões de infratores ambientais em diferentes regiões do país. As ações envolvem a recuperação de 35,5 mil hectares de áreas degradadas e incluem pedidos de indisponibilidade de bens, bloqueio de acesso a crédito, suspensão de benefícios fiscais e embargo de atividades. Desde a criação do programa AGU Recupera, em 2023, já foram propostas 247 ações, com quase R\$ 5 bilhões cobrados de responsáveis.

Divulgação/TST



Operador era exposto a níveis de ruído acima dos limites

Exposição a ruídos no trabalho

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da Cooperativa Aurora Alimentos ao pagamento de adicional de insalubridade a um operador de frigorífico de Chapecó (SC), exposto a níveis de ruído acima dos limites legais. A empresa alegou fornecer protetores auriculares e adotar medidas de proteção auditiva, mas o colegiado aplicou entendimento do Supremo Tribunal Federal de que o uso de EPI não afasta automaticamente o direito ao adicional em casos de exposição excessiva a ruído. A decisão foi unânime.

STJ mantém regras de prova oral

A Primeira Turma do STJ decidiu que a ausência de divulgação do espelho de correção e do padrão de resposta em provas orais para ingresso na magistratura não configura, por si só, ilegalidade. A decisão foi tomada a partir de um caso que envolvia uma candidata ao cargo de juíza federal substituta, que questionava a falta de acesso aos critérios de avaliação após reprovação na etapa oral.

OAB I

A OAB Nacional demonstrou preocupação com a aprovação, pelo Senado, do projeto que suspendeu os efeitos de uma resolução do Conanda voltada ao atendimento e proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Segundo a entidade, a medida exige maior debate sobre seus impactos.

OAB II

Para o órgão, a retirada das diretrizes pode enfraquecer a atuação das redes de proteção e dificultar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. A entidade afirmou que continuará acompanhando o tema e defendendo políticas voltadas à proteção integral da infância dos menores.

Gabinete do Juízo I

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) começou a implantação piloto da ferramenta "Gabinete do Juízo" em 19 varas. Desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0, o recurso apoia a gestão das atividades diárias dos gabinetes e contribui para maior eficiência dos serviços judiciais. Teste já ocorreu antes da implantação.

Gabinete do Juízo II

O Gabinete do Juízo reúne, em uma única plataforma, ferramentas para elaboração de despachos, decisões e sentenças, além de facilitar a consulta de processos, localização de documentos e assinatura de minutas. O sistema também conta com painéis de produtividade, gestão de tarefas e recursos de inteligência artificial.

Aposentadoria I

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 6 votos a 5, derrubar a exigência de idade mínima para a aposentadoria especial de trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde. A Corte considerou inconstitucional trecho da Reforma da Previdência de 2019 que exigia idades de 55, 58 ou 60 anos para acesso ao benefício.

Aposentadoria II

Com a decisão, profissionais que atuam em atividades de risco, como trabalhadores de minas subterrâneas e mergulhadores de plataformas de petróleo, poderão se aposentar após cumprir o tempo mínimo de contribuição exigido para cada atividade. O entendimento vencedor foi apresentado pelo ministro André Mendonça.



351 mil mulheres pediram medida protetiva em 2026

Justiça já concedeu 225 mil medidas protetivas

CNJ afirma que 53% dos pedidos recebem decisão no mesmo dia

Andre Souza

A Justiça brasileira concedeu 225.535 medidas protetivas de urgência entre janeiro e abril de 2026 para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Os dados foram divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e fazem parte do Painel de Monitoramento da Violência contra a Mulher.

O total registrado nos quatro primeiros meses deste ano é superior ao verificado no mesmo período de anos anteriores. Em 2025, foram concedidas 214.868 medidas protetivas entre janeiro e abril. Em 2024, o número foi de 206.781.

Além das decisões judiciais, o levantamento contabilizou 412 medidas protetivas concedidas por autoridades policiais e homologadas pela Justiça em seguida. No primeiro quadrimestre de 2025, foram registradas 393 homologações. Em 2024, o total foi de 207.

Segundo o CNJ, 53% das solicitações recebem decisão no mesmo dia em que chegam ao Judiciário. Outros 32% dos casos são apreciados no dia seguinte ao protocolo. Já 10% dos pedidos levam mais de dois dias para análise. O Conselho informa que, em 2020, o tempo médio para apreciação das medidas protetivas era de 14 dias.

De acordo com o levantamento, parte dos processos que

ultrapassam 48 horas para análise está relacionada a dificuldades operacionais. Entre os fatores identificados estão inconsistências em registros processuais, falhas de alimentação dos sistemas e limitações tecnológicas em algumas unidades judiciais.

Segundo o CNJ, equipes técnicas vêm realizando reuniões com representantes dos 27 tribunais de Justiça estaduais para acompanhar os indicadores relacionados às medidas protetivas e discutir procedimentos adotados em cada unidade da federação.

351 mil pedidos

Outro dado divulgado recentemente pelo Conselho mostra o volume de pedidos apresentados ao Judiciário. Entre janeiro e abril de 2026, mais de 351 mil mulheres solicitaram medidas protetivas de urgência em todo o país. Entre os tribunais estaduais, o Tribunal de Justiça de São Paulo registrou o maior número de concessões no período, com 71 mil medidas deferidas.

As medidas protetivas de urgência estão previstas na Lei Maria da Penha e podem incluir determinações como o afastamento do agressor do local de convivência, a proibição de contato com a vítima e a restrição de aproximação. As decisões têm caráter imediato e podem ser concedidas antes da conclusão das investigações ou do julgamento do caso.